


## DESCOLONIZANDO RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO: PROTAGONISMOS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS

### DECOLONIZING GENDER RELATIONS IN THE COUNTRYSIDE: PEASANT WOMEN'S PROTAGONISMS AND RESISTANCE

Cristine Jaques RIBEIRO\* 

Camila de Freitas MORAES\*\* 

Yasmin Oliveira COSTA\*\*\* 

**Resumo:** Considerando que a categoria gênero é uma construção social e, por consequência, impõe normas de comportamento resultantes do colonialismo nas relações entre mulheres e homens, o presente artigo propõe evidenciar tal processo e as intersecções que marcam as desigualdades no campo e as implicações para a mulher camponesa na agricultura familiar. O estudo analisou a partir das contribuições de autoras feministas a influência do colonialismo, considerando que o feminismo é um conceito em disputa. O lugar da agricultura familiar e assimetria de gênero conduzem à problematização da construção histórica imposta sobre a vida das mulheres, objetivo deste trabalho. O estudo adota a pesquisa exploratória e bibliográfica e considera que as disparidades de gênero marcam o território brasileiro, exigindo a denúncia dos processos de silenciamento.

**Palavras-chave:** Gênero. Mulheres. Agroecologia. Colonialismo.

**Abstract:** Considering that the gender category is a social construction and, consequently, imposes norms of behavior resulting from colonialism in the relations between women and men, this article proposes to highlight this process and the intersections that mark inequalities in the countryside and the implications for women. peasant in family farming. The study analyzed from the contributions of feminist authors the influence of colonialism, considering that feminism is a concept in dispute. The places of family farming and gender asymmetry lead to the problematization of the historical construction imposed on women's lives, which is the objective of this work. The study adopts exploratory and bibliographic research and considers that gender disparities mark the Brazilian territory, demanding the denunciation of the silencing process whose defense of women's right to life is premised on the defense of the right to land.

**Keywords:** Genre. Women. Agroecology. Colonialism.

Submetido em 30/05/2023. Aceito em 13/11/2023.

\* Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas; Mestra e Doutora em Serviço Social pela PUCRS/POA/RS. Coordenadora do GEP em questão agrária, urbana e ambiental/ Observatório dos Conflitos da Cidade/PPG em Política Social e Direitos Humanos/ UCPEL. E-mail: [cristinejrib@gmail.com](mailto:cristinejrib@gmail.com)

\*\* Doutoranda e Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Colaboradora do Conselho Editorial da editora Amplamente Cursos. Bolsista CAPES/Prosc. E-mail: [camilapsi.moraes@yahoo.com.br](mailto:camilapsi.moraes@yahoo.com.br)

\*\*\* Graduada em Psicologia. Especialista em Saúde Pública. Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (PPGPSDH/UCPel). Bolsista CAPES/Prosc. E-mail: [yasmin.costa@sou.ucpel.edu.br](mailto:yasmin.costa@sou.ucpel.edu.br)



## **Introdução**

Desde a década de 1990, a agricultura familiar apresenta-se no cenário brasileiro na construção de um desenvolvimento sustentável no que diz respeito aos modos de produção de alimentos, à distribuição de renda e ao consumo sem agrotóxicos. Nesse sentido, não há como se pensar a agroecologia sem ater-se às questões de gênero. Tal necessidade se faz, haja vista que, no campo, as relações sociais no âmbito do gênero ainda aguardam por transformações fundamentais acerca da equidade entre trabalhadoras e trabalhadores, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher no campo, à sua autonomia e, conseqüentemente, ao lugar reservado a essa na produção familiar.

Portanto, pensar a máxima “sem feminismo não há agroecologia” (JALIL, 2009) pressupõe o princípio de que o campo está atravessado pelas relações assimétricas de gênero. Desse modo, evidenciar o colonialismo, o patriarcado e o capitalismo, enquanto legitimadores e operadores das diferenças que organizam esse espaço, é de suma importância. Esses, enquanto táticas de poder/saber, atuam diretamente na hierarquização e na manutenção do padrão hegemônico que legitima e define papéis sociais para homens e mulheres. Além disso, não raro, na agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho também se apresenta na mesma lógica, isto é, cabendo às mulheres o trabalho doméstico, a reprodução familiar e a educação dos filhos, e aos homens, a geração de renda.

Nesse aspecto, os lugares que compõem a agricultura familiar estão para além da construção de espaços agrícolas, já que estes atuam na dimensão simbólica da divisão sexual do trabalho, bem como em seu caráter político, cultural e social. Logo, faz-se urgente trazer à esteira do debate a questão de gênero no entrelace com o campo, sobremaneira denunciando as táticas de poder que tendem a silenciar os corpos e corporeidades femininas (DAMÁSIO, 2021). Além disso, aposta-se que para se construir a agroecologia é preciso ater-se às disparidades frente ao gênero, tendo em vista que homens e mulheres no campo ainda permanecem tendo suas relações sociais marcadas por profundas desigualdades.

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi refletir acerca das intersecções que marcam a desigualdade de gênero no campo e o papel da mulher camponesa na agricultura familiar, tendo como perspectiva a emancipação feminina através de práticas agroecológicas. Tratando-se de uma revisão bibliográfica, enquanto método, classifica-se como uma pesquisa indutiva, cuja abordagem é qualitativa, sendo referenciada em livros e artigos científicos, sendo estes últimos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e do Google Acadêmico.

### **1. Colonialidade e feminismo camponês: a não dizibilidade das mulheres latino-americanas**

Pensar o feminismo é atentar para o fato de que esse é um conceito sociopolítico em contínua disputa e reformulação, sobretudo os corpos femininos racializados, camponeses e periféricos na América

Latina, território cujas regiões foram majoritariamente colonizadas pelos impérios europeus, Espanhol e Português. Isso implica dizer que colonialidade e feminismo se interconectam. Isso se dá, especialmente, quando transpormos o pensamento sobre o feminismo da primeira onda proposto por Simone de Beauvoir (CITAR OBRA), que se consolida com o discurso intelectual, filosófico e classista na busca de romper com as disparidades de gênero e na luta pela igualdade de direitos políticos para homens e mulheres. Contudo, esse feminismo parte do pensamento eurocêntrico, alicerçado no liberalismo e na universalidade dos corpos femininos e, conseqüentemente, não leva em consideração os atravessamentos de raça, sexualidade, etnicidade, classe e territorialidade, por exemplo, mas corrobora, deste modo, com outras formas de opressão.

Ainda, nesse sentido, Lugones (2014) nos faz apreender que a América Latina se estrutura pela invasão e usurpação dos colonizadores, tendo essa lógica se sustentado na contemporaneidade pela via da imposição do padrão universal dos corpos, não escapando nem mesmo o feminismo de primeira onda. Justamente, porque o processo colonial, ao colocar a Europa enquanto centralidade e referência para as demais civilizações, anunciou que todo sujeito para se humanizar e se dignificar teria enquanto ‘modelo’ o colonizador e a mulher branca, que por sua vez ocupou o lugar de ‘espelho’ frente às demais mulheres.

Apesar de na prática as mulheres brancas serem subordinadas aos cuidados do lar e de seus maridos, filhos ou pais, aquelas do Norte global (PELÚCIO, 2012) não eram tidas enquanto propriedade institucional e jurídica de outrem, ao contrário das mulheres negras e indígenas colonizadas. Essas últimas eram vistas, outrossim, tão somente enquanto objetos, corpos-propriedades, destituídas de sua posição simbólica de sujeito e incorporadas na lógica de uma não identidade.

Sobre a colonialidade, Stewart (2018, p. 88) pontua que essa parte do poder “instituiu um sistema mundo moderno, capitalista, patriarcal, heteronormativo, machista e racista, lançando paradigmas eurocêntricos hegemônicos fundados nessa lógica colonial que assumem caráter universalista e neutro”. Com isso, não se quer deslegitimar o conceito do feminismo de primeira onda, já que historicamente tem se apresentado como um importante marco no campo político no que concerne ao direito ao voto e também por ele se opor ao determinismo biológico. No seio da primeira onda, Beauvoir (1949) já afirmará que o gênero se dá num construto social, demonstrando, por assim dizer, que a biologia não é um fator determinante para ser “mulher”, mas que a oposição binária entre homens e mulheres trata das relações de poder atribuídas a esses.

Nesse sentido, ainda se faz importante pontuar o movimento feminista de primeira onda, pois ao ter como base de sua formulação as epistemes num contexto hierarquizado e colonial, não só universalizou o “ser mulher”, como fez com que as mulheres da América Latina fossem representadas como objetos e não, como sujeitos de sua própria história e suas experiências particulares. Logo, “mulheres negras, camponesas, pobres e lésbicas são a materialização das intersecções atuando pela via da colonialidade e, conseqüentemente, pela via da precarização e da exclusão” (MOHANTY, 1985, n.p.).

Rolnik (2019), ao pensar o colonialismo e o território brasileiro, também aponta para os entrecruzamentos das opressões e afirma, ainda,

que são essas as táticas de poder que tendem a segreguar e tornar precária a vida de certas mulheres em detrimento de outras, pois a classificação colonial resulta em última instância no poder que opera pela via da morte em função do gênero e de seus atravessamentos, os quais citam-se: raça, sexualidade, etnicidade, classe, dentre outros. (RONILK, 2019, p. 59).

E, não obstante, Ribeiro e Moraes (2021) afirmam que nas cidades modernas o gênero é um fator segregacional que tem como expressão as múltiplas formas de violências, heranças do colonialismo, dando ênfase ao fato de que essas não escapam ao âmbito do campo. Nesse sentido, as autoras sinalizam:

A invasão territorial ofereceu no cotidiano dos povos práticas dominantes, como: saques, expropriação sociocultural, violência, genocídio, massacres, migração forçada, escravização e na sequência a generalização do proletariado através do trabalho assalariado. Esses são alguns elementos que marcaram a herança do colonialismo e que ficaram mantidos nos dias atuais. A propriedade da terra se manteve inalterada, resultando na degradação ambiental, na aposta da produção para exportação, na exploração da terra e de seus habitantes de forma a fortalecer o sistema patriarcal como eixo fundante do sistema capitalista. (RIBEIRO; MORAES, 2021, p. 100).

Com isso, as autoras nos fazem aprender que, nos territórios frutos do colonialismo, não há como se falar em feminismo ou emancipação feminina sem atentar-se às questões de gênero transversalizadas pela raça, sexualidade, etnicidade, classe, as quais se mantêm alicerçadas com o capitalismo. Por isso, lutar pela equidade feminina e por seu processo emancipatório é lutar pelo fim da propriedade privada, pelo direito à terra e pelo fim da degradação ambiental. Então, a proposta do feminismo camponês, por um lado, está em consonância com o feminismo decolonial no sentido de compreender que as opressões de raça e gênero fundam-se na Invasão das Américas; por outro, transcende em si mesmo tal conceito. Ou seja, mais do que pôr em evidência a multiplicidade dos corpos femininos e das opressões que se interseccionizam sobre esse “corpo e/ou corporeidade”, o feminismo camponês busca, por sua vez, dar visibilidade às mulheres do campo e à sua relação intrínseca com a terra, esta última, onde a vida se funda. Nesse quesito, Rovai (2016) ensina-nos:

Dar visibilidade à narrativa de mulheres não significa apenas integrá-las à história masculina, acrescentando informações e curiosidades sem analisar suas implicações. Publicizar seus testemunhos é vincular os acontecimentos privados aos problemas sociais, é revelar micropoderes cotidianos, demonstrando que uma leitura de gênero modifica o quadro geral da história ou da memória coletiva. (ROVAI, 2016, p. 15-16).

Assim, pode-se compreender que essas são intersecções que se fundam na mitigação dos direitos das mulheres, justamente porque não há como se pensar em feminismo sem antes pontuarmos as questões da terra, da produção da vida e do consumo sem agrotóxicos (JALIL, 2009).

Já para Perrot (2005), Navaz (2008) e Jalil (2009), frente ao etnocentrismo do feminismo ocidental predominante, as vozes das mulheres camponesas, negras, periféricas e lésbicas, anteriormente silenciadas,

agora tornam-se audíveis, por serem vozes que ecoam das experiências dos corpos segregados, excluídos e marginalizados. Corpos que resistem e que impulsionam para que o projeto político, social, psicológico, cultural e intelectual do feminismo se descolonize, se democratize e, essencialmente, lute pela maximização de uma produção agroecológica, em que os saberes locais e tradicionais possam ser postos em voga. Assim, as experiências oriundas da agricultura conseguirão criar alianças necessárias para apoiar processos transformadores a mulheres e homens, uma vez que a luta pela terra representa a luta contra o agronegócio, o patriarcalismo, o capitalismo, o racismo e todas as formas de opressões.

## **2. As assimetrias de gênero e o campo: breves pontuações**

Cardoso (2014) afirma que embora não reconhecidas como trabalhadoras frente à divisão sexual do trabalho, as mulheres do campo mantêm-se de suma importância na agricultura familiar e cumprem um papel central na produção e no abastecimento dos alimentos. Portanto, as questões de gênero ainda são uma realidade no campo, especialmente quando essas imbricações se dão na exclusão da mulher das decisões econômicas e na geração de renda, pois a relação com o campo e a agricultura familiar não tem sido considerada um trabalho que gere renda para elas. Ou seja, na divisão sexual do trabalho, essa questão tem sido organizada pela lógica da separação e da hierarquização sexual.

Por conseguinte, a lógica da complementaridade da renda alicerçada pelo patriarcalismo faz com que a América Latina experiencie não só as disparidades frente ao gênero, mas também as derivações desse processo que se dão na pobreza, na fome e na perpetuação da violência doméstica. Para Pacheco (2009), embora as mulheres sejam responsáveis por uma parcela significativa da produção de alimentos, são também estas que compõem o maior índice de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. No território brasileiro, essas questões se dão atravessadas pelas jornadas de trabalhos intensos e pelos cuidados com o lar.

Nesse quesito, Pacheco (2009) ainda pontua:

No Brasil, quase 15 milhões de mulheres do campo estão privadas do acesso à cidadania por não terem reconhecida a sua condição de agricultoras familiares, camponesas e trabalhadoras rurais. Embora representem 47,8% da população residente no campo, somente 16% são titulares das terras onde moram. (PACHECO, 2009, p. 4).

Com o intuito de colaboração, Bezerra *et al.* (2019, p. 76) afirma:

Se perpetua a visão da família como um núcleo homogêneo, em que os homens são os legítimos representantes da família e, como tal, responsáveis pela produção e mantem-se a ideia de que é dever das mulheres se submeter às decisões impostas por esta hierarquia que as considera as únicas responsáveis pelo cuidado da família e por tudo o que é inerente a reprodução da vida. (BEZERRA *et al.*, 2019, p. 76).

Aprende-se que os trabalhos referentes à produção e à reprodução no campo são concernentes às mulheres. Sobre estes, citam-se como exemplo: a força de trabalho ligada à produção e cultivo de alimentos; cuidados com o ambiente doméstico e a educação dos filhos; manejo de pequenos animais; processamento

do leite e cuidados com a horta, dentre outras formas de trabalho. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirmam que embora a diferença entre a renda das mulheres e a dos homens no campo tenha se reduzido a partir do ano de 2004, a desigualdade entre os gêneros permanece no que se refere ao valor do rendimento e à jornada de trabalho. Tal fato demarca que o patriarcalismo e o machismo são táticas de poder que operam sobre todas as mulheres, mas no campo em especial, já que o trabalho ainda é visto como “ajuda” e não como prática e/ou atividade de trabalho com fins econômicos. Isso se dá porque a noção de trabalho se atrela não somente aos espaços agrícolas, mas na construção dos espaços sociais de gênero, que continuamente naturalizam o homem como “provedor/chefe de família” e a mulher como “dona de casa/, responsável pela ajuda no campo” (IBGE, 2013).

Para tanto, Burg e Lovato (2007, p. 1525) compreendem que “ao não serem reconhecidas como importante força de trabalho, as mulheres não são incluídas nos projetos e formulações políticas destinadas à agricultura em geral, porque se subestima a quantidade e a qualidade do trabalho feminino na unidade familiar”. Sobre essa questão, Rua e Abromovay (2000) ainda pontuam:

[...] as populações marginalizadas – principalmente os grupos mais pobres das áreas rurais, entre eles as mulheres rurais – são as que enfrentam maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, assistência, informação e educação, tornando-se mais vulneráveis, devido à exclusão social em que se encontram. (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 25).

Assim, pode-se afirmar que a agroecologia e, de forma mais ampla, a agricultura familiar sempre tiveram a participação ativa das mulheres, afirmando-se, assim, que as questões pertinentes ao gênero não versam sobre a proporcionalidade da força de trabalho entre homens e mulheres, mas na desqualificação da mão-de-obra feminina e, conseqüentemente, na marginalização dessa no campo.

Outro aspecto faz referência à discussão de gênero que se apresenta nas violências, sendo essas psíquicas, patrimoniais e físicas, que atuam enquanto formas de controle. Uma das expressões das táticas de poder/controlado se expressa pela lógica religiosa e pelo casamento que, no que lhe diz respeito, reforça as desigualdades de gênero por meio dos discursos moralizantes e biologizantes no que se refere aos cuidados do lar, à negação dos direitos sexuais e reprodutivos, à violência patrimonial etc. Operacionalizações essas que se dão através dos mecanismos de morte e subalternidade e, por extensão, que têm na figura masculina o artífice de todas elas.

Reitera-se que tais violências são permeadas por condições sociodemográficas, econômicas, psicológicas, culturais, tendo sido sustentadas pela ordem religiosa que corrobora diretamente com a manutenção da hierarquia patriarcal. Nesse aspecto, no que concerne à violência patrimonial, essa atua pela via da financeirização da vida e diretamente nos processos de subjetivação das mulheres camponesas – pois ao terem sua renda controlada, bem como a usurpação do direito à herança – se veem frente à perda da capacidade de gerir os seus bens financeiros, perdendo, assim, a capacidade de gerir a organização dos processos econômicos e sociais de sua própria existência, o que por consequência impacta na sua estruturação psíquica e emocional. Portanto, os sentimentos de não pertença, de desvalorização, de perda

de autogestão, estão diretamente ligados à baixa autoestima, à ideação suicida, à depressão, à síndrome do pânico e aos demais transtornos psicológicos.

A mulher que mora no campo, ela tem a vida muito isolada. Se bater. Se gritar. Se chorar. Se espernear, ninguém ouve. É verdade! Por mais que a mulher no campo grite por socorro, dificilmente é ouvida. A organização do espaço geográfico no campo, onde as famílias residem distantes umas das outras, a dificuldade de deslocamento, acesso à comunicação, os(as) filhos(as) muitas vezes pequenos e a falta de dinheiro tornam-se empecilhos, dificuldade para buscar outras alternativas. (LORENZONI; RODRIGUES; SANTOS, 2020, p. 148).

Para Saffioti (2001), as violências são atravessadas pela saúde pública, visto que se associam na presença – ou não – da qualidade de vida física, mental e social do sujeito. E, no caso da violência perpetrada no ambiente doméstico, sobremaneira, as que fazem referência às lesões físicas, psíquicas, sexuais e morais, apresenta-se no território brasileiro ancorada no regime patriarcal ao qual se dá exclusivamente na dominação e na exploração do corpo feminino. Nesse caso, tal tática de poder garante que os homens contiguamente assegurem para si a manutenção da violência, do domínio e da exploração do trabalho desenvolvido pela mulher, aqui, a mulher camponesa, uma vez que, “neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (SAFFIOTI, 2001, p. 105).

### **3. Gênero e agroecologia: perspectivas para a emancipação das mulheres no campo**

No Brasil, as desigualdades de gênero entre homens e mulheres ainda têm um longo caminho a percorrer para a construção de um cenário de equidade e justiça social, seja no contexto urbano ou rural (ESTIVAL; CORRÊA; BENINI, 2016). No entanto, no contexto camponês, o cenário da desigualdade, exclusão e processo de invisibilidade das mulheres do campo, florestas, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas é ainda mais acentuado quando comparado à realidade urbana (OIT, 2012), já que essas mulheres têm sua vida fortemente marcada pelas características dos lugares onde vivem.

Conforme Vanderléia Pulga (2014), por essa influência territorial, as mulheres do campo acabam criando um jeito próprio de cuidar da vida e da saúde, que se expressa nas práticas populares de cuidado e repercute no modo de viver nos seus territórios. O acesso aos direitos humanos básicos, como saúde, educação, segurança e saneamento, é precário, e até mesmo inexistente, na realidade das mulheres rurais, na maioria das regiões brasileiras (ESTIVAL; CORRÊA; BENINI, 2016), principalmente,

nas regiões Norte e Nordeste do país onde essas mulheres sofrem condições de extrema vulnerabilidade social, econômica e ambiental no enfrentamento de problemas como: altos índices de violência doméstica, altas taxas de fecundidade, gravidez na adolescência, inacessibilidade à educação e acesso às creches, processo de invisibilidade do trabalho doméstico, entre outros. (HIRATA, 2001, p. 144).

Constatando que, de uma forma geral,

há no campo a existência de uma enorme desigualdade, que é marcada profundamente pela imbricação de classe, gênero e raça-etnia. Outro elemento a ser considerado na análise da situação das mulheres camponesas é a maior migração feminina, em particular das jovens. Historicamente guarda relação com o fato de que as mulheres tiveram menos oportunidades de autonomia econômica no campo. Mas também é fruto das relações patriarcais e da busca por maior liberdade e autonomia. No período recente a maior escolaridade das jovens empurra-as para a cidade, com sua incorporação em trabalhos precarizados e mal remunerados, como o emprego doméstico, mas cujo salário, muitas vezes, serve para apoiar e/ou complementar os gastos nas atividades agrícolas da família. (FARIA, 2009, p. 21).

Segundo a Food and Agriculture Organization (FAO), as mulheres são responsáveis por mais de 45% da produção de alimentos no Brasil, chegando a 80% em outros países da América Latina e Caribe. No entanto, apesar deste evidente protagonismo das mulheres na agricultura e na alimentação, elas e as crianças são as maiores vítimas da fome, e somente 20% delas cultivam em suas próprias terras (FAO, 2018).

Para Varotto (2017), tanto o trabalho como os movimentos sociais do campo sempre tiveram a presença feminina, porém, no que diz respeito às pautas de luta, inicialmente, centravam-se nas demandas universais como: acesso à terra, reforma agrária e políticas públicas, dentre outras, contemplando pautas da agricultura familiar. Nesse contexto, as mulheres vagarosamente foram buscando seus espaços e indicando também suas demandas e especificidades. Nesse aspecto, Kaplan (2011) diz:

Os mesmos estereótipos que ligam mulheres à natureza são os que impedem o avanço de mulheres como indivíduos e como cidadãs. Paradoxalmente, ao aceitar e explorar as contradições de identidades coletivas, como ativistas de base, frequentemente, ganham legitimidade como mulheres e como cidadãs. Levantando perguntas e reinventando conceitos hegemônicos. (KAPLAN, 2001, p. 29).

Pois, diferentemente das mulheres urbanas,

as mulheres camponesas não tinham um modelo a seguir de feminismo, como encontramos na teoria feminista que surge nas grandes cidades. Foi a partir da vivência prática e de suas experiências pessoais, através da auto-organização e do intercâmbio de saberes herdados de geração a geração, que as mulheres criaram um feminismo popular camponês. (SANTOS; ZIMMERMANN, 2019, p. 270).

Dessa maneira, a articulação entre os direitos das mulheres e a agroecologia surge da persistente e sustentada demanda dos movimentos feministas e de mulheres por um olhar sobre o direito à natureza, à terra, à vida e ao território que incluísse os povos e as comunidades, suas perspectivas, “suas necessidades e seus direitos de ocupação e uso sustentável da terra e que incluísse as mulheres nos processos e espaços de tomada de decisão” (MADSEN, 2020). Almeida (2017) acrescenta ainda que hoje a luta das mulheres do campo apresenta elementos contra o racismo estrutural e o patriarcado.

Experiências têm demonstrado que a produção agroecológica e a participação crescente na esfera política têm contribuído para a justiça social e o empoderamento das mulheres, que começaram a transpor o espaço doméstico, conquistando maior autonomia e autoestima (PACHECO, 2009). Segundo a autora, a elevação da autoestima aparece como uma das principais conquistas destacadas pelas mulheres do campo,



pois a partir dela ganharam mais confiança para sair do isolamento e ocupar espaços antes destinados apenas aos homens.

Muitas agricultoras passaram a assumir cargos estratégicos nas associações e sindicatos, como a presidência e a tesouraria. Tais condições estão contribuindo para a alteração das relações de gênero em algumas famílias, incidindo sobre a distribuição do trabalho doméstico entre os demais membros da família (pai e filhos) e a inclusão das mulheres no planejamento produtivo da propriedade. (PACHECO, 2009, p. 14).

Nos anos 2000, foi realizada a primeira Marcha das Margaridas, como parte da Campanha da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), liderada pelas trabalhadoras do campo. Seus principais objetivos têm sido,

desde esse momento, dar visibilidade ao trabalho e à contribuição econômica, política e social das mulheres rurais; denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de discriminação, violência e exploração vivenciada por elas, além de apresentar propostas de políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e da cidade. (CONTAG, 2015, p. 306).

O termo Agroecologia surge, explicitamente, nos documentos da Marcha das Margaridas, em 2003, mas passou a fazer parte de um dos seus eixos estruturadores apenas em 2007, junto ao debate de acesso à terra e à água (MOREIRA; THEODORO, 2020). Ainda de acordo com Moreira e Theodoro (2020), percebe-se que esse movimento de incorporação da Agroecologia como estratégia de emancipação política e social foi ocorrendo a partir dos debates e aproximações das mulheres camponesas com o movimento agroecológico.

Desse modo, ao analisar as falas e parte dos trechos do *Caderno de Textos da Marcha das Margaridas 2015*, podemos identificar, em especial, a afirmação do lema “Sem feminismo não há Agroecologia”, trazendo o elemento da luta pela igualdade entre homens e mulheres como algo indissociável da perspectiva agroecológica (ZARZAR, 2017). Francis *et al.* (2003) sugere que a Agroecologia é o estudo integrado da ecologia de todo o sistema alimentar, englobando dimensões ecológicas, econômicas e sociais. E surge como um conjunto de iniciativas que vão contra a lógica dominante do modelo de produção agropecuária baseado na industrialização da agricultura (CAPORAL; PETERSEN, 2011).

Em 2012, foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no País, que tem como objetivo “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica” (BRASIL, 2012). Entre as diretrizes estão a soberania e segurança alimentar e nutricional, o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas e da agrobiodiversidade e o estímulo das experiências locais e a participação da juventude.

Entretanto, importantes temas como políticas públicas para as mulheres camponesas não foram considerados. Desse modo, investir em políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo se mostra como uma caminhada em busca da cidadania, acreditando que “decidir sobre sua própria vida, tomar parte em decisões que implicam na vida de todos (comunidade, sociedade) é uma questão de poder” (COSTA,

1998).

Ferreira (2016), no artigo “*Agricultoras do Pajé: Feminismo e Agroecologia no semiárido brasileiro*”, evoca a soberania alimentar, que se define como

o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, n.p.).

Como crítica ao capitalismo e à importância da conexão de perspectivas feministas e agroecológicas relacionadas à equidade de gênero na sustentabilidade, menciona a agroecologia como instrumento para o alcance do empoderamento das mulheres, a rigor, com mudanças a longo prazo. Na visão de Ferreira (2016), faz-se necessário romper com o modelo hegemônico de desenvolvimento camponês baseado no monocultivo, no latifúndio e no agronegócio, que formam a base do modelo capitalista de desenvolvimento no campo gerador de exclusão social. Assim, aponta a agroecologia como um importante caminho para a construção da equidade de gênero e do reconhecimento da mulher como um sujeito político.

### **Considerações finais**

As disparidades de gênero presentes no campo e, em essência, no território brasileiro, se fundam na colonialidade e permanecem na contemporaneidade enquanto marcas deletérias que demarcam os corpos femininos através de múltiplas violências. E, como se pôde observar, a divisão sexual do trabalho organizada pela lógica hierárquica masculina constitui a base das opressões das mulheres no campo, podendo ainda serem transversalizadas pela raça, etnia, sexualidade e classe.

Outro ponto de suma importância fez menção a não efetividade de políticas públicas, pois as mulheres que residem no campo experienciam para além das opressões estruturantes frente ao gênero. Elas ainda têm que lidar com a ausência de transporte público e de delegacias referenciadas (delegacia da mulher) nas proximidades de suas residências, com a não remuneração da força de trabalho, com adoecimento psíquico, dentre outros fatores.

Contudo, em resposta a esse sistema de dominação patriarcal, colonial e capitalística, as mulheres que atuam na agroecologia organizam-se e se articulam na denúncia a toda e qualquer forma de opressão. Desse modo, coloca-se em evidência a problematização e a responsabilização do cuidado com a terra e da defesa da natureza, bem como a luta pela equidade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho. É nesse sentido que se faz de suma urgência trazer à tona as violações de direito experienciadas pelas mulheres do campo, de modo a denunciar toda e qualquer prática de opressão.

Destarte, reitera-se que a luta antissistema se dá essencialmente na luta pela terra, pelo direito à vida. Eis que essa é a luta feminista compromissada com a multiplicidade e com o não silenciamento das estruturas que se operacionalizam a partir da política de morte imposta pelo Estado soberano. A luta das mulheres a partir da agroecologia se faz na construção decolonial, nas relações de bem viver entre os seres humanos e tudo que advém da natureza.

## Referências

- ALMEIDA, R. C. M. de. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)-TO: trajetória de organização e formação política.** 2017. 231f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 194Q 19.
- BEZERRA, A. G. C. *et al.* Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 15, p. 66-97, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)>. Acesso em: 1 out. 2022.
- BURG, I. C.; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <<https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/download/2224/2050>>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v. 6, p. 63-74, 2011.
- CARDOSO, E. M. Mulheres do campo lutam para derrubar barreiras e preconceitos. **Agência Brasil**, 25 maio 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2014-05/mulheres-do-campo-lutam-para-derrubar-barreiras-e-preconceito>>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- CONTAG. **Caderno de textos para estudos e debates** – Marcha das Margaridas 2015. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT, 2015.
- COSTA, A. A. **As donas no poder.** Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba e Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.
- DAMÁSIO, A. C. **Corporeidade trans: uma etnografia da construção do gênero por travestis e drag queens.** Curitiba: Appris, 2021.
- ESTIVAL, K. G. S.; CORRÊA, S. R. S.; BENINI, E. G. As políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta no Brasil: um olhar a partir da perspectiva da economia feminista e do empoderamento. **Revista Espacios**, v. 38, n. 1, p. 7, 2016.
- FAO (Food and agriculture organization of the United Nations). **Food and agriculture organization of the United Nations.** Roma: FAO, 2018: Disponível em: <<http://faostat.fao.org>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. Estatísticas rurais e a

economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. **MDA**, p. 11-28, 2009.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: Feminismo e Agroecologia no semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, p. 244-262, 2016.

FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR. Final Declaration. Havana, Cuba, 7 set. 2001. Disponível em: <<http://www.foodfirst.org/media/news/2001/havanadeclaration.html>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FRANCIS, C. *et al.* Agroecology: the ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, v. 17, n. 2, p. 139-156, 2001.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo demográfico: base de dados. **IBGE**, 2013. Disponível em: <<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ibge/censo-demografico>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

JALIL, L. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2009.dissertacao.LAETICIA-MEDEIROS-JALIL.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

KAPLAN, T. Uncommon women and the common good: women and environmental protest. *In*: KAPLAN, T. **Women Resist Globalization: Mobilizing for Livelihood and Rights**. Londres: Zed Books, 2001. p. 28-45.

LORENZONI, C.; RODRIGUES, S. M. da R.; SANTOS, S. F. dos. Enfrentamento à violência contra a mulher. *In*: MEDRAZI, A. M. *et al.* (org.). **Feminismo Camponês Popular**. Reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras expressões, 2020.

LUGONES, M.. Colonialidad y Género: Hacia un feminismo decolonial. *In*: MIGNOLO, W. (comp.). **Género y descolonialidad**. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 13-42.

MADSEN, N. **Mulheres brasileiras na luta por desenvolvimento sustentável com justiça social**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020.

MOHANTY, C. T. Solidariedade Feminista Através da Luta Anticapitalista no Feminismo. **Sem Fronteiras**, Nova York, 1985. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/chandra-mohanty>>. Acesso em: 30 set. 2021.

MOREIRA, S. L.; THEODORO, S. H. A Agroecologia e a Marcha das Margaridas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 5, p. 14-14, 2020.

NAVAZ, L. S. Colonialismo, Gobernabilidad y Feminismos Poscoloniales. *In*: SUÁREZ, Navaz L.; HERNÁNDEZ, R. (eds.). **Descolonizando El Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**, 2008.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). Mulheres representam até 70% da força de trabalho rural em economias agrícolas. **OIT**, 8 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/mulheres-representam-ate-70-da-forca-de-trabalho-rural-emeconomias-agricolas-afirma-oit/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agrícolas**, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre póscolonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Florianópolis: Edusc, 2005.

PULGA, V. L. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, C. J. R.; MORAES, C. de F. Cidade: racismo e lgbtfofia. *In*: LIMA, E.; FERREIRA, E. da S.; QUADRADO, J. C. (orgs.). **(DES)fazendo Saberes, lutas e (re)existências: as diversidades em foco**. São Borja: CEEINTER, 2021. Disponível em: <<https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/5678/1/E-book%20%28Des%29Fazendo%20Saberes%2C%20Lutas%20e%20%28RE%29Exist%C3%AAsncias%20as%20diversidades%20em%20foco.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROVAI, M. G. de O. A coragem do afeto: memórias femininas sobre a greve de Osasco, em 1968. *In*: ALMEIDA, J. R. de (org.). **História oral e movimento social: narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 15-36.

RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

SANTOS, D. F.; ZIMMERMANN, S. A. O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 269-299, 2019.

STWART, W. Gênero e Sexualidade no Sul Global: Um olhar para feminismos africanos sob a perspectiva pós-colonial. **Cadernos de Relações Internacionais/PUC – Rio**, v. 2, ed. esp., set. 2018. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/35218/35218.PDF>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

VAROTTO, D. P. Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.23899/relacult.v3i3.859>>. Acesso em: 28 set. 2022.

ZARZAR, A. L. B. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito político**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

---

**Contribuições das autoras:**

**Cristine Jaques Ribeiro:** Construção de capítulo e revisão da obra.

**Camila de Freitas Moraes:** Construção de capítulo.

**Yasmin Oliveira Costa:** Construção de capítulo.

---